



Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Concurso Público 2014

Prova Escrita Objetiva – Nível Médio

TÉCNICO MÉDIO DA DEFENSORIA

TIPO 4 – AZUL

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - este caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber as folhas de respostas da prova objetiva, você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar nas folhas de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridas **duas horas** do início da prova, você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **08/04/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/dpge/rj.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **09/04/2014** até as 23h59min do dia **10/04/2014**, observado o horário oficial, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/dpge/rj, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

LÍNGUA PORTUGUESA

CIDADE URGENTE

Os problemas da expansão urbana estão na conversa cotidiana dos milhões de brasileiros que vivem em grandes cidades e sabem “onde o sapato aperta”. São reféns do metrô e do ônibus, das enchentes, da violência, da precariedade dos serviços públicos. No vestibular, todo estudante depara com a “questão urbana” e os pesquisadores se debruçam sobre o assunto, que também é parte significativa da pauta dos meios de comunicação.

Não poderia ser diferente: com 85% da população nas cidades (chegará a 90% ao final desta década), quem pode esquecer a relevância do tema?

Parece incrível, mas os grandes operadores do sistema econômico e político tratam os problemas das cidades como grilos que irritam ao estrilar. Passados os incômodos de cada crise, quem ganha dinheiro no caos urbano toca em frente seus negócios e quem ganha votos, sua campanha. Só alguns movimentos populares e organizações civis – Passe Livre, Nossa São Paulo e outros – insistem em plataformas, debates e campanhas para enfrentar os problemas e encontrar soluções sustentáveis.

A criação do Ministério das Cidades, no governo Lula, fazia supor que o Brasil enfrentaria o desafio urbano, integrando as políticas públicas no âmbito municipal, estabelecendo parâmetros de qualidade de vida e promovendo boas práticas. Passados quase 12 anos, o ministério é mais um a ser negociado nos arranjos eleitorais.

A gestão é fragmentada, educação para um lado e saúde para outro, habitação submetida à especulação imobiliária, saneamento à espera de recursos que vão para as grandes obras de fachada, transporte inviabilizado por um século de submissão ao mercado do petróleo. A fragmentação vem do descompasso entre União, Estados e municípios, desunidos por um pacto antifederativo, adversários na disputa pelos tributos que se sobrepõem nas costas dos cidadãos.

(....) Uma nova gestão urbana pode nascer com a participação das organizações civis e movimentos sociais que acumularam experiências e conhecimento dos moradores das periferias e usuários dos serviços públicos. Quem vive e estuda os problemas, ajuda a achar soluções.

Marina Silva, *Folha de São Paulo*, 7/1/2014.

QUESTÃO 1

O caso do Ministério das Cidades, citado no quarto parágrafo do texto, só NÃO mostra

- (A) a organização do Estado para ganho político.
- (B) a prioridade política no tratamento da coisa pública.
- (C) a desilusão diante de uma expectativa positiva.
- (D) uma providência correta deformada pela classe política.
- (E) uma medida administrativa tomada fora de época.

QUESTÃO 2

A alternativa em que um dos adjetivos mostra um processo de formação diferente dos demais, porque se origina de uma classe gramatical diferente, é

- (A) brasileiro / pesquisador.
- (B) antifederativo / econômico.
- (C) econômico / municipal.
- (D) municipal / imobiliária.
- (E) imobiliária / sustentável.

QUESTÃO 3

O texto “Cidade Urgente” foi publicado na página de editoriais da *Folha de São Paulo*. A autora sugere um conjunto de medidas para que a “questão urbana” se modifique; entre essas medidas NÃO está presente

- (A) a redução do número de habitantes nas cidades.
- (B) o retorno do Ministério das Cidades à sua função original.
- (C) a não fragmentação da gestão.
- (D) a canalização de mais recursos para o saneamento.
- (E) a participação das organizações civis na gestão urbana.

QUESTÃO 4

Sobre a estrutura sintática do período “Quem vive e estuda problemas, ajuda a achar soluções” a única alternativa com uma afirmação correta é

- (A) o período é composto por coordenação.
- (B) o pronome “quem” exerce a função de sujeito.
- (C) o termo “problemas” exerce a função de predicativo.
- (D) o termo “soluções” exerce a função de objeto indireto.
- (E) os verbos “vive” e “estuda” possuem complementos diferentes.

QUESTÃO 5

No título do texto, o adjetivo “urgente” se dirige a

- (A) mudança de orientação política dos governos municipais.
- (B) condenação de políticos e empresários gananciosos.
- (C) derrota de políticos corruptos nas urnas.
- (D) alteração dos modelos de gestão.
- (E) construção de novos modelos de centros urbanos.

QUESTÃO 6

O segundo período do primeiro parágrafo, em relação ao anterior, tem valor de

- (A) conclusão.
- (B) retificação.
- (C) consequência.
- (D) explicação.
- (E) oposição.

QUESTÃO 7

A alternativa em que os elementos sublinhados, quando trocam de posição, alteram o sentido original é

- (A) “...os milhões de brasileiros que vivem em grandes cidades...”.
- (B) “...e sabem “onde o sapato aperta”.
- (C) “são reféns do metrô e do ônibus...”.
- (D) “...das enchentes, da violência, da precariedade dos serviços públicos”.
- (E) “uma nova gestão urbana pode nascer...”.

QUESTÃO 8

“São reféns do metrô e do ônibus, das enchentes, da violência, da precariedade dos serviços públicos”. A alternativa cujos elementos se localizam especificamente no mesmo espaço sociocultural é

- (A) metrô e ônibus / precariedade de serviços públicos.
- (B) precariedade de serviços públicos / enchentes.
- (C) enchentes / metrô e ônibus.
- (D) metrô e ônibus / violência.
- (E) violência / precariedade de serviços públicos.

QUESTÃO 9

“Não poderia ser diferente: com 85% da população nas cidades (chegará a 90% ao final desta década), quem pode esquecer a relevância do tema?”. Sobre os componentes desse parágrafo do texto, a afirmação adequada é

- (A) após os dois pontos, aparece uma conclusão da frase anterior.
- (B) o demonstrativo “desta” se refere à última década passada.
- (C) a pergunta final não supõe uma resposta.
- (D) o parágrafo representa uma consequência do anterior.
- (E) o pronome “quem” se refere exclusivamente aos leitores do texto.

QUESTÃO 10

Segundo o texto, a questão urbana tornou-se um tema de ampla discussão porque

- (A) chegou aos meios de comunicação.
- (B) passou a ser tema dos exames vestibulares.
- (C) atinge um grande número de pessoas.
- (D) é tema de muitas pesquisas importantes.
- (E) preocupa os economistas e políticos.

QUESTÃO 11

O terceiro parágrafo do texto opõe operadores do sistema econômico e político a alguns movimentos populares e organizações civis; a marca que opõe esses dois grupos, segundo o texto, é

- (A) o interesse econômico.
- (B) a proteção ambiental.
- (C) a finalidade eleitoral.
- (D) a segurança pública.
- (E) a preocupação social.

QUESTÃO 12

“Parece incrível, mas os grandes operadores do sistema econômico e político tratam os problemas das cidades como grilos que irritam ao estrilar”. Ao fazer a comparação entre os problemas e grilos, a autora do texto destaca as seguintes características desses problemas, segundo o ponto de vista dos operadores citados

- (A) perturbação e transitoriedade.
- (B) transitoriedade e violência.
- (C) violência e persistência.
- (D) persistência e poluição sonora.
- (E) poluição sonora e perturbação.

QUESTÃO 13

A qualificação mais apropriadamente atribuída aos operadores do sistema político e econômico, segundo o texto, é a de

- (A) corruptos.
- (B) aproveitadores.
- (C) carreiristas.
- (D) inconsequentes.
- (E) gananciosos.

QUESTÃO 14

No primeiro parágrafo do texto o segmento “onde o sapato aperta” aparece entre aspas porque

- (A) mostra uma frase sem respeito pela norma culta.
- (B) indica o tópico central do parágrafo.
- (C) destaca uma ironia da autora do texto.
- (D) copia uma expressão popular.
- (E) enfatiza uma ideia importante do texto.

QUESTÃO 15

“Parece incrível, (1) mas os grandes operadores do sistema econômico e político tratam os problemas das cidades como grilos que irritam ao estrilar. Passados os incômodos de cada crise, (2) quem ganha dinheiro no caos urbano toca em frente seus negócios e quem ganha votos, (3) sua campanha. Só alguns movimentos populares e organizações civis – Passe Livre, (4) Nossa São Paulo e outros – insistem em plataformas, (5) debates e campanhas para enfrentar os problemas e encontrar soluções sustentáveis”.

Nesse parágrafo do texto aparecem cinco casos de emprego de vírgulas devidamente numerados; os números que indicam casos em que a vírgula foi empregada em função de idênticos motivos são

- (A) 1/2.
- (B) 1/3.
- (C) 2/3.
- (D) 3/4.
- (E) 4/5.

QUESTÃO 16

“A gestão é fragmentada, educação para um lado e saúde para outro, habitação submetida à especulação imobiliária, saneamento à espera de recursos que vão para as grandes obras de fachada”.

Nesse segmento do texto há duas ocorrências do acento grave indicativo da crase; sobre esse emprego pode-se afirmar com correção que

- (A) nas duas ocorrências a justificativa do emprego da crase é rigorosamente a mesma.
- (B) só na segunda ocorrência há a junção da preposição a com o artigo definido feminino singular a.
- (C) na segunda ocorrência ocorre a junção da preposição a com um pronome demonstrativo a.
- (D) na segunda ocorrência, a crase é devida à presença de uma locução prepositiva formada com uma palavra feminina.
- (E) na primeira ocorrência, o emprego do acento grave é devido à necessidade de esclarecer uma possível ambiguidade.

QUESTÃO 17

A alternativa em que o vocábulo sublinhado tem seu significado corretamente fornecido pela palavra em maiúsculas é

- (A) “a gestão é fragmentada...” / TRIBUTAÇÃO.
- (B) “... habitação submetida à especulação imobiliária...” / CORRUPÇÃO.
- (C) “...inviabilizado por um século de submissão ao mercado do petróleo” / DOMINAÇÃO.
- (D) “a fragmentação vem do descompasso entre União, Estados e municípios...” / DIFERENÇA.
- (E) “... adversários na disputa pelos tributos que se sobrepõem nas costas dos cidadãos” / ACUMULAM.

QUESTÃO 18

O primeiro parágrafo do texto tem a finalidade textual de

- (A) propor uma tese sobre problemas das grandes cidades.
- (B) listar os problemas que atingem as grandes cidades brasileiras.
- (C) denunciar os problemas dos centros urbanos.
- (D) apresentar um tema de forma ampla.
- (E) criticar a população brasileira por seu comodismo.

QUESTÃO 19

“Quem vive e estuda os problemas, ajuda a achar soluções”.

A maneira de reescrever-se essa frase do texto que ALTERA o seu sentido original é

- (A) ajuda a achar soluções quem vive e estuda os problemas.
- (B) quem vive, ajuda a achar soluções, e estuda os problemas.
- (C) quem estuda e vive os problemas, ajuda a achar soluções.
- (D) quem vive e estuda os problemas, auxilia no encontro de soluções.
- (E) auxilia no encontro de soluções quem vive e estuda os problemas.

QUESTÃO 20

Uma das características do texto lido, que segue as recomendações na elaboração de redações, é a de

- (A) misturar tipos diversos de variedade linguística.
- (B) preservar a idoneidade das informações fornecidas.
- (C) propor uma sugestão de resolução do problema.
- (D) apresentar testemunhos de autoridade.
- (E) mostrar isenção no tratamento do tema.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL**QUESTÃO 21**

O Defensor Público independe da outorga de mandato para atuação em favor de seu assistido, sendo os poderes para sua atuação conferidos diretamente por lei mediante investidura no cargo. Contudo, são exigidos poderes especiais do Defensor Público para

- (A) reconvir.
- (B) ingressar com Ação Civil Pública.
- (C) contestar.
- (D) transigir.
- (E) arguir exceções.

QUESTÃO 22

A Defensora Pública Maria substituiu a Defensora Pública Isabela por ocasião de sua licença maternidade. Ao se manifestar em um dos processos, Maria seguiu linha de posicionamento oposta à anteriormente adotada por Isabela. Os fatos acima são consecutórios, respectivamente, dos princípios da

- (A) unidade e indivisibilidade.
- (B) unidade e autonomia funcional.
- (C) indivisibilidade e independência funcional.
- (D) indivisibilidade e autonomia funcional.
- (E) independência funcional e unidade.

QUESTÃO 23

São, respectivamente, uma garantia e uma prerrogativa dos membros da Defensoria Pública

- (A) inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos.
- (B) intimação pessoal e independência funcional.
- (C) estabilidade e manifestação por meio de cota.
- (D) prazo em dobro e inamovibilidade.
- (E) independência funcional no desempenho de suas funções e irredutibilidade de vencimentos.

QUESTÃO 24

João, servidor público estatutário do Rio de Janeiro, faleceu e deixou como dependentes seus 3 filhos: Maria, de 18 anos, José, de 15 anos e Pedro, de 3 anos. Com base na Lei Estadual nº 5250/08, é correto afirmar que

- (A) se Maria casar, sua parte reverterá igualmente entre Pedro e José.
- (B) se Maria falecer, sua parte não reverterá aos irmãos.
- (C) José perderá a condição de dependente aos 21 anos, mesmo cursando ensino superior.
- (D) Maria, por ser do sexo feminino, só perderá a condição de beneficiária pelo casamento.
- (E) José não perderá a qualidade de beneficiário no caso de emancipação.

QUESTÃO 25

Tício, servidor público do Estado do Rio de Janeiro, resolveu acompanhar a Copa do Mundo no Brasil e ausentou-se do serviço, sem justa causa, por mais de 30 dias consecutivos. A penalidade disciplinar aplicável a ele será

- (A) destituição de função.
- (B) repreensão.
- (C) suspensão.
- (D) multa.
- (E) demissão.

QUESTÃO 26

Sobre o benefício do auxílio reclusão previsto na Lei estadual nº 5250/08, é correto afirmar que

- (A) será pago durante o cumprimento de pena e cessa imediatamente no dia em que o segurado for posto em liberdade, salvo se a liberdade for condicional.
- (B) será pago, ainda que o segurado tenha se evadido ou durante o período de fuga.
- (C) o exercício de atividade remunerada pelo segurado recluso em cumprimento de pena acarreta a perda do direito de recebimento do auxílio pelos seus dependentes.
- (D) será pago a partir do primeiro dia de cumprimento de pena, ainda que não requerido.
- (E) a prescrição se consumará no prazo de um ano a contar do mês em que a prestação for devida e não reclamada.

QUESTÃO 27

O Governador do Estado, inconformado com o grande número de demandas propostas pela Defensoria Pública para obtenção de internação em hospitais públicos, determina ao Defensor Público Geral a remoção do titular do núcleo de Fazenda Pública para outro órgão. O Defensor Público Geral

- (A) acatará a determinação, tendo em vista que a Defensoria Pública possui posição equivalente à de Secretaria de Estado.
- (B) não acatará a determinação, mas limitará o número de demandas propostas pelo Defensor Titular.
- (C) não acatará a determinação, uma vez que o Defensor Titular goza da garantia da inamovibilidade.
- (D) não acatará a determinação, tendo em vista que o Defensor Titular goza da garantia da estabilidade.
- (E) acatará a determinação e removerá o Defensor Titular com base na prevalência do interesse público.

QUESTÃO 28

O Defensor Público dar-se-á por suspeito para exercer suas funções em processo ou procedimento quando

- (A) for interessado o seu cônjuge.
- (B) tiver prestado depoimento como testemunha.
- (C) for amigo íntimo de qualquer das partes.
- (D) for parte, ou de qualquer forma interessado.
- (E) tiver postulado seu parente consanguíneo como parente de qualquer das partes.

QUESTÃO 29

Compete à Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, de acordo com a Lei Complementar nº 06/77 e a Lei Complementar nº 80/94

- (A) fiscalizar a atividade funcional e a conduta dos membros e servidores da instituição.
- (B) receber e processar as representações contra os membros da Defensoria Pública.
- (C) usar a palavra no Conselho Superior da Defensoria Pública, sem direito a voto.
- (D) realizar correições e inspeções funcionais.
- (E) propor aos órgãos da Administração Superior da Defensoria Pública medidas que visem à consecução dos princípios institucionais.


QUESTÃO 30

A abertura de concurso público para provimento de cargos efetivos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Lei Complementar nº 06/77, compete

- (A) ao Defensor Público Geral, como expressão da autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública.
- (B) ao Governador do Estado, como expressão da posição equivalente à de Secretaria de Estado ocupada pela Defensoria Pública.
- (C) ao Conselho Superior da Defensoria Pública, como expressão da independência funcional dos Defensores Públicos
- (D) ao Corregedor Geral, como expressão do poder de fiscalização da atividade dos membros da Defensoria Pública.
- (E) à Escola da Defensoria Pública, como expressão da descentralização dos órgãos da Defensoria Pública.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA**QUESTÃO 31**

Observe o trecho de uma tela do Windows Explorer mostrando detalhes dos arquivos de uma pasta.

Nome	Tipo	Tamanho
 BK ZYX 04-02-2014	Arquivo	7.399.210 KB

Numa conexão de Internet estável com velocidade nominal de 16 Mbps, sem atrasos ou tráfego concorrente, o tempo de transmissão do arquivo BK ZYX 04-02-2014 seria em torno de

- (A) 6 minutos.
- (B) 20 minutos.
- (C) 1 hora.
- (D) 3 horas.
- (E) 9 horas.

QUESTÃO 32

João precisa enviar um e-mail para cerca de 30 pessoas, nem todas pertencentes à sua lista de contatos. Algumas dessas pessoas são bastante reservadas, e não gostariam que seus e-mails pessoais fossem revelados para estranhos. Além disso, é necessário que João mantenha registro de quem recebeu o e-mail, para o caso de eventuais consultas posteriores. Para distribuir esse e-mail, a opção mais prática e rápida seria

- (A) criar um arquivo com o corpo do e-mail, anexá-lo ao e-mail e enviá-lo para todas as pessoas.
- (B) criar um grupo de contatos e enviar o e-mail para esse grupo.
- (C) enviar os e-mails um a um, separadamente.
- (D) inserir os endereços dos destinatários como Cc.
- (E) inserir os endereços dos destinatários como Cco.

QUESTÃO 33

Numa planilha que utiliza referências relativas e absolutas, como o MS EXCEL, se a fórmula

$$= \$D1 + E\$2$$

localizada na célula A1, for copiada (*copy*) e colada (*paste*) na célula B4, a fórmula na célula de destino é escrita como

- (A) = \$D4 + F\$2
- (B) = \$D1 + E\$2
- (C) = D4 + F\$2
- (D) = \$E4 + F\$5
- (E) = \$D4 + E\$2

QUESTÃO 39

Observe o trecho de uma planilha mostrado abaixo.

	A	B	C	D	E
1	Produto	Preço Um	Quant	Desc	Total
2	Lápis	2,00	3	1,00	5,00
3	Apito	3,00	2	1,00	5,00
4	Cerveja	5,00	10	0,00	50,00
5					

A fórmula digitada na célula E3 é

- (A) =A3*C3-D3
- (B) =B3*C3-D3
- (C) =B3*(C3-D3)
- (D) =D3-B3*C3
- (E) =5/E3

QUESTÃO 40

Senhas podem ser fracas ou fortes, dependendo do grau de dificuldade que um *hacker*, ou *software* malicioso, teria para quebrá-la. Um fator que fortalece uma senha é o emprego de

- (A) caracteres repetidos.
- (B) letras maiúsculas exclusivamente.
- (C) letras, números e símbolos do teclado.
- (D) nomes próprios.
- (E) palavras completas.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**QUESTÃO 41**

Em tema de controle de constitucionalidade, a chamada cláusula de reserva de plenário prevista na Constituição da República

- (A) estabelece que, somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial, poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (B) aplica-se para a declaração de constitucionalidade e declaração de inconstitucionalidade em sede de controle difuso, devendo o órgão fracionário remeter a questão da constitucionalidade ao voto da maioria absoluta dos membros do tribunal ou respectivo órgão especial.
- (C) dispõe que compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei.
- (D) significa que compete ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- (E) determina que o juízo originário de primeiro grau de jurisdição não tem competência para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, que só pode ser feito pela maioria absoluta dos membros do tribunal pleno ou respectivo órgão especial.

QUESTÃO 42

A Constituição da República, em seu Art. 5º, XXXV prevê que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, consagrando o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. Nesse contexto, é correto afirmar que o Poder Judiciário

- (A) só admite ações relativas à disciplina e às competições desportivas após se esgotarem as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.
- (B) só admite ações relativas a direitos autorais após esgotarem-se as instâncias conciliatórias, reguladas em lei.
- (C) não pode extinguir um processo, sem resolução de mérito pela convenção de arbitragem, por violação ao princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- (D) exige o prévio esgotamento da via militar, nos casos disciplinares, para admissibilidade da demanda perante a Justiça Comum.
- (E) exige o prévio esgotamento da via eleitoral, nos casos excepcionais previstos em lei, para admissibilidade da demanda perante a Justiça Comum.

QUESTÃO 43

Nos capítulos “do Poder Judiciário” e “das funções essenciais à Justiça”, a Constituição da República prevê que

- (A) são órgãos do Poder Judiciário o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, que exercem atividade jurisdicional, mas não o é o Conselho Nacional de Justiça, porque tem função administrativa.
- (B) os membros do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas Estadual fazem parte do respectivo Ministério Público Estadual, integrando a mesma carreira.
- (C) é permitido aos membros da Magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública exercer atividade político-partidária, desde que previamente afastados de seus cargos.
- (D) a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- (E) integram a composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, por nomeação pelo Presidente da República, dois juizes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 44

A intervenção consiste em medida excepcional de supressão temporária da autonomia de determinado ente federativo, nas hipóteses taxativamente previstas na Constituição da República. Sobre o instituto da intervenção, dispõe o texto constitucional que

- (A) a União pode intervir em todos os Municípios, Distrito Federal e Estados, já os Estados podem intervir apenas nos Municípios, nas hipóteses legais.
- (B) cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos não poderão reassumi-los, salvo por força de decisão judicial.
- (C) é hipótese de intervenção do Estado em seu Município, quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (D) é caso de intervenção do Estado em seu Município, quando o Município não estiver assegurando à população carcerária tratamento condizente com a dignidade da pessoa humana.
- (E) é exemplo de intervenção da União em um Município o caso da necessidade de manutenção da integridade nacional ou para repelir invasão estrangeira ou pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

QUESTÃO 45

A mesma Constituição da República que assegura os direitos políticos como instrumentos por meio dos quais se garante o exercício da soberania popular, prevê a perda ou suspensão dos mesmos, no caso de

- (A) incapacidade civil relativa, como na hipótese de interdição, na forma da lei.
- (B) condenação criminal por improbidade administrativa, através de sentença penal transitada em julgado.
- (C) prática de ato de improbidade administrativa, reconhecida em regular processo administrativo transitado em julgado.
- (D) recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, na forma da lei.
- (E) condenação criminal por crime hediondo, com decisão judicial transitada em julgado, hipótese em que ocorre cassação dos direitos políticos enquanto durarem os efeitos da condenação.

QUESTÃO 46

Sobre a disciplina do remédio constitucional do mandado de segurança, o ordenamento jurídico, em especial o Art. 5º LXIX da Constituição da República e a Lei 12.016/09, prevê que se concede o *mandamus* contra ato

- (A) de autoridade pública, para proteger pessoa física ou jurídica detentora de direito líquido e certo, independentemente de estar também amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando houver risco ou violação de seu direito por ilegalidade ou abuso de poder por parte.
- (B) de representantes ou órgãos de partidos políticos e dos administradores de entidades autárquicas, bem como dos dirigentes de pessoas jurídicas ou das pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.
- (C) de gestão comercial praticada pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias e permissionárias de serviço público, na forma da lei.
- (D) do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução, em razão dos princípios constitucionais do amplo acesso à justiça e da inafastabilidade do controle jurisdicional.
- (E) consistente em decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo, como corolário dos princípios constitucionais do acesso à justiça e do duplo grau obrigatório de jurisdição.

QUESTÃO 47

Joana, servidora titular de cargo efetivo da administração direta do Estado do Rio de Janeiro, deseja se aposentar com proventos integrais. Seu intento poderá ocorrer, de acordo com a Constituição Federal, no caso de

- (A) aposentadoria compulsória, aos setenta anos de idade.
- (B) aposentadoria por invalidez permanente, em qualquer caso.
- (C) aposentadoria por invalidez permanente, se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.
- (D) aposentadoria voluntária, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, com idade mínima de sessenta anos.
- (E) aposentadoria voluntária, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, com idade mínima de sessenta anos de idade e trinta de contribuição.

QUESTÃO 48

Cláudio, Vereador de um Município fluminense, cometeu ato de improbidade administrativa porque, durante todo o seu mandato, permitiu que sua namorada Carolina utilizasse veículo oficial da Câmara, abastecido com combustível pago com dinheiro público. O Ministério Público ajuizou corretamente a ação cabível por ato de improbidade, que foi julgada procedente com trânsito em julgado pelo Poder Judiciário. Sobre o caso em tela, é correto afirmar que

- (A) a ação foi proposta diretamente no Tribunal de Justiça, uma vez que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade de norma da Constituição Estadual que prevê o foro especial por prerrogativa de função aos Vereadores.
- (B) não obstante o Vereador tenha foro especial por prerrogativa de função prevista na Constituição Estadual, tal prerrogativa não se aplica na presente hipótese, porque a ação ajuizada tem natureza cível e não criminal.
- (C) Carolina não pôde figurar no polo passivo da ação por improbidade, porque não era funcionária pública em sentido amplo, mas pode responder pelo ressarcimento ao erário, que é imprescritível.
- (D) dentre as possíveis sanções aplicáveis ao caso, destacam-se o ressarcimento integral do dano, perda da função pública, cassação dos direitos políticos e pagamento de multa civil.
- (E) Cláudio e Carolina cometeram improbidade administrativa, sendo o processo desmembrado de maneira que Cláudio respondeu diretamente perante o Tribunal de Justiça, por ser Vereador, e Carolina, perante o juízo de primeiro grau.

QUESTÃO 49

O processo legislativo é o conjunto de regras procedimentais tendentes a regulamentar a elaboração das espécies normativas. A soberania popular é exercida de várias formas, como através da iniciativa popular. Sobre o instituto, a Constituição Federal prevê

- (A) que a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento da população nacional.
- (B) que a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado nacional.
- (C) somente a iniciativa popular em nível federal, razão pela qual não é possível em âmbito estadual e municipal, pois em matéria de processo legislativo, a competência para legislar é da União, nos limites previstos na Constituição.
- (D) somente a iniciativa popular em nível federal, e a omissão sobre a possibilidade de iniciativa popular em nível estadual e municipal não significa a impossibilidade de tal ocorrer, pois as Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais podem dispor sobre a matéria, pelo princípio do paralelismo ou simetria.
- (E) a possibilidade de iniciativa popular em âmbito municipal, através de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, com manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.

QUESTÃO 50

A Constituição da República prevê como garantia fundamental o princípio da isonomia. No entanto, não se trata de uma mera igualdade formal, uma vez que a própria Constituição busca uma igualdade substancial, segundo a qual devem ser tratados igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades. Neste contexto, acerca do tratamento conferido às pessoas com deficiência, infere-se do texto constitucional que

- (A) é facultativo o voto para as pessoas comprovadamente deficientes, e, no caso de servidor público titular de cargo efetivo, o chefe do cartório eleitoral tem competência para expedir automaticamente certidão de quitação eleitoral.
- (B) a lei complementar reserva percentual dos cargos em comissão na administração direta e indireta para as pessoas portadoras de deficiência, não se aplicando o mesmo para cargos efetivos.
- (C) é permitida a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores com deficiência titulares de cargos efetivos dos Estados, na forma de lei complementar.
- (D) é assegurada, na forma de lei complementar, a fixação de critérios especiais de admissão de pessoa com deficiência para cargo efetivo dos Estados, bem como a previsão de gratificação de especial desempenho em razão da deficiência.
- (E) nos casos de lotação, remoção e fruição de férias, os servidores com deficiência, titulares de cargos efetivos dos Estados, terão prioridade sobre os demais.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**QUESTÃO 51**

Tarcísio possui pequeno comércio em Município da Região dos Lagos. Antes de iniciar suas atividades, ele cumpriu todas as exigências legais e obteve a licença necessária. Nas últimas eleições, Tarcísio apoiou um candidato à chefia do executivo municipal que não saiu vitorioso. O novo Prefeito, logo ao assumir o cargo, revogou o ato administrativo que concedeu a licença para o desempenho da atividade comercial de Tarcísio, sem qualquer fundamentação, provavelmente em retaliação por ter Tarcísio apoiado seu concorrente na campanha eleitoral. Ao buscar assistência jurídica, a Defensoria Pública lhe informou que seria cabível o ajuizamento da ação pertinente para retomar suas atividades em razão de ser a licença um ato administrativo

- (A) discricionário, aplicando-se à espécie a teoria dos motivos determinantes, segundo a qual o administrador está vinculado à ocorrência dos motivos que o levaram a praticar o ato.
- (B) discricionário, não podendo ser revista durante seu prazo de validade, mas tão somente quando de sua prorrogação, ocasião em que o administrador poderá avaliar a oportunidade e conveniência da renovação.
- (C) vinculado, tendo o administrador inicialmente liberdade para concedê-la, mas o ato pode ser invalidado por vício de legalidade pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário.
- (D) vinculado, que não pode ser revogado pela Administração Pública nem pelo Poder Judiciário.
- (E) vinculado, que não pode ser anulado pela Administração Pública, mas apenas pelo Poder Judiciário.

QUESTÃO 52

O Decreto-Lei 200/67 estabelece que a autarquia tem personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para exercer atividades típicas da administração pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, a gestão administrativa e financeira descentralizada. A respeito da autarquia, é correto afirmar que

- (A) integra a administração indireta, sendo pessoa jurídica de direito privado.
- (B) seus funcionários devem observar a vedação constitucional de acumulação de cargos públicos.
- (C) não exige a realização de concurso público para contratação de pessoal.
- (D) somente por lei específica poderá ser autorizada sua instituição, cabendo à lei complementar definir as áreas de sua atuação.
- (E) não está sujeita à lei de licitações.

QUESTÃO 53

Sobre o tratamento constitucional dado aos servidores públicos, sob o prisma do instituto da estabilidade, é correto afirmar que

- (A) são estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo efetivo ou cargo em comissão.
- (B) os servidores estáveis podem perder o cargo mediante regular sindicância administrativa em que lhes sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- (C) os servidores estáveis podem perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- (D) como condição para a aquisição da estabilidade, a lei prevê a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade, que pode ser substituída por relatório circunstanciado da chefia imediata.
- (E) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de contribuição, até sua adequada reintegração em outro cargo.

QUESTÃO 54

Ricardo é servidor público titular de cargo efetivo do Estado do Rio de Janeiro e percebe atualmente vencimentos próximos ao limite constitucional. Ele foi convidado por um partido político para ser candidato nas próximas eleições, mas tem receio de reduzir drasticamente seu poder aquisitivo. Levando em conta a disciplina constitucional sobre exercício de mandato eletivo por Ricardo, é correto afirmar que, caso ele exerça

- (A) mandato eletivo federal, ficará afastado de seu cargo, e nas hipóteses de exercício de mandato eletivo estadual ou municipal poderá acumular as funções e remunerações, se houver compatibilidade de horários.
- (B) mandato de Prefeito, poderá acumular as funções e remunerações, se houver compatibilidade de horários.
- (C) mandato de Vereador e não haja compatibilidade de horários, deverá afastar-se de seu cargo efetivo, recebendo necessariamente a remuneração do cargo de Vereador.
- (D) qualquer mandato eletivo que exija o afastamento de seu cargo efetivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- (E) qualquer mandato eletivo que exija o afastamento de seu cargo efetivo, será considerado, para todos os fins, como se estivesse em disponibilidade.

QUESTÃO 55

Maria está preocupada porque seu companheiro, o preguiçoso João, servidor ocupante de cargo efetivo estadual do Rio de Janeiro do Poder Executivo, nos últimos seis meses, já faltou ao serviço quinze dias interpoladamente, porque não gosta de acordar cedo. Temendo que seu companheiro possa ser demitido, Maria procurou orientação e descobriu que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 220, de 18 de julho de 1975, é causa de demissão a ausência ao serviço, sem causa justificada, por

- (A) vinte dias, interpoladamente, durante o período de doze meses, ou dez dias consecutivos.
- (B) trinta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses, ou dez dias consecutivos.
- (C) trinta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses, ou vinte dias consecutivos.
- (D) trinta dias, interpoladamente, durante o período de seis meses, ou vinte dias consecutivos.
- (E) quinze dias, interpoladamente, durante o período de seis meses, ou dez dias consecutivos.

QUESTÃO 56

Joana, servidora ocupante de cargo efetivo da administração direta do Estado do Rio de Janeiro, está grávida. Ansiosa para conhecer seus direitos em razão de sua atual condição, Joana consultou o Decreto-Lei n.º 220/75, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, oportunidade em que aprendeu que

- (A) será concedida licença à gestante, com vencimentos e vantagens, pelo prazo de quatro meses, prorrogável, no caso de aleitamento materno, por no mínimo trinta e no máximo noventa dias.
- (B) a licença à gestante de recém-nascidos pré-termo será acrescida do número de semanas equivalente à diferença entre o nascimento a termo – 37 semanas de idade gestacional – e a idade gestacional do recém-nascido, devidamente comprovada.
- (C) à servidora pública em gozo da licença maternidade e/ou aleitamento materno será concedida, imediatamente após o término das mesmas, licença prêmio a que tiver direito, independentemente de requerimento da servidora.
- (D) a servidora afastada por motivo de licença gestante será considerada em efetivo exercício, para todos os fins, exceto para fins de promoção por merecimento.
- (E) no concurso de remoção seguinte ao nascimento de seu filho, a servidora em licença gestante terá prioridade para se remover, de maneira que fique mais perto de sua residência constante em sua folha de assentamento funcional.

QUESTÃO 57

Proprietário de um imóvel urbano não edificado, situado no centro de uma cidade no Estado do Rio de Janeiro, João foi informado por vizinhos de que o poder público municipal poderia adotar várias medidas legais em razão da não edificação do solo urbano. Argumentando que a Constituição da República protege seu direito fundamental à propriedade, João buscou assistência jurídica, e lhe foi esclarecido que a Constituição prevê que o Município, mediante lei específica para a área em questão, incluída no plano diretor, pode exigir, nos termos da lei federal, que o particular promova o adequado aproveitamento do solo urbano. Permanecendo sua omissão, João está sujeito à pena, sucessivamente, de (I) parcelamento ou edificação compulsórios; (II) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; e (III) desapropriação, que ocorre

- (A) mediante justa e prévia indenização em dinheiro, observado o procedimento legal que possui duas fases: a declaratória e a executória.
- (B) sem qualquer indenização, na modalidade urbanística sancionatória, desde que o imóvel passe a ser destinado a atender ao interesse público, na forma da lei.
- (C) com indenização apenas pelas benfeitorias, desde que haja necessidade ou utilidade pública, ou interesse social, observado o procedimento legal que possui duas fases: a declaratória e a executória.
- (D) com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- (E) mediante pagamento posterior, com títulos da dívida pública municipal com prazo de resgate de até cinco anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

QUESTÃO 58

Os princípios administrativos são os postulados fundamentais que inspiram o modo de agir da Administração Pública. Entre os princípios da Administração Pública, destaca-se:

- (A) impessoalidade, que diz que a pena não passará da pessoa do condenado e que os sucessores responderão pelos débitos do falecido apenas nos limites da herança.
- (B) moralidade, segundo o qual, no caso de aparente colisão, se deve analisar no caso concreto qual direito fundamental deve prevalecer, através da técnica da ponderação de interesses.
- (C) autotutela, segundo o qual qualquer lesão ou ameaça de lesão a direito não será excluída da apreciação do Poder Judiciário, razão pela qual os atos da Administração Pública também estão sujeitos ao controle judicial.
- (D) publicidade, que prevê que a ampla publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou eleitoral.
- (E) continuidade dos serviços públicos, excetuado quando se permite a paralisação temporária da atividade, como no caso de necessidade de reparos técnicos.

QUESTÃO 59

Regulamentando o Art. 37, XXI, da Constituição da República, a Lei 8.666/93 instituiu normas para licitações e contratos. Tal lei dispõe que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Nesse contexto, segundo a Lei 8.666/93, em regra geral, pode participar da licitação

- (A) autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, desde que não tenha elaborado o projeto de forma restritiva, com vistas a afastar potenciais concorrentes da licitação da obra ou serviço.
- (B) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
- (C) servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, desde que seja dada oportunidade de participação na licitação a outras empresas interessadas, para garantir o atendimento ao princípio da competitividade.
- (D) empresa estrangeira, sendo vedado aos agentes públicos estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras.
- (E) empresa privada, que tenha como sócio administrador o presidente da comissão de licitação, desde que a empresa esteja estabelecida em território nacional, com mais de 50% de seu capital social integralizado por brasileiros natos ou naturalizados.

QUESTÃO 60

Os menores Alexandre e Antônio, representados por sua mãe, relatam à Defensoria Pública que seu pai André, de 30 anos, cumpria pena em estabelecimento prisional do Estado do Rio de Janeiro, quando foi morto por outros detentos por enforcamento. Adotando a teoria do risco administrativo, foi esclarecida a possibilidade de ajuizamento de ação, pleiteando, dentre outros, indenização compensatória por danos morais, em razão da responsabilidade civil do Estado. É correto concluir que, nesse caso, foi adotada a

- (A) responsabilidade civil objetiva do Estado, não havendo que se perquirir acerca do dolo ou culpa do Estado.
- (B) responsabilidade civil objetiva do Estado, havendo necessidade de comprovação do elemento subjetivo.
- (C) responsabilidade civil subjetiva do Estado, sendo necessária a comprovação da culpa do Estado, em razão da negligência do poder público.
- (D) responsabilidade civil subjetiva do Estado, sendo necessária a identificação do detento autor do homicídio.
- (E) responsabilidade civil objetiva do Estado, sendo imprescindível a identificação do autor do homicídio.

NOÇÕES DE TEORIA GERAL DE PROCESSO**Observação:**

O caso Desdêmona a seguir será referência para três questões.

Otelo, assistido por advogado, ingressou com ação de conhecimento em desfavor de Iago, assistido por Defensor Público, questionando promessa de compra e venda de Desdêmona, uma vaca premiada. Decorrido o prazo da resposta do réu (com o oferecimento tempestivo de defesa processual e de mérito, evitando os efeitos da revelia), verificou o juiz a desnecessidade de réplica, prolatando despacho em que determinava a especificação de provas. O autor, então, requereu como meio de prova o depoimento pessoal do réu, especificando que pretendia obter esclarecimentos acerca dos fatos relevantes e controvertidos alegados e provocar a confissão. O réu peticionou afirmando que se contentava com a prova documental já acostada aos autos, quando da sua resposta, aproveitando para afirmar que havia mudado para outro Estado da Federação, fornecendo seu novo endereço. O juiz deferiu a prova requerida pelo autor.

QUESTÃO 61

Em relação ao caso Desdêmona (ação de conhecimento de Otelo em desfavor de Iago, questionando promessa de compra e venda de Desdêmona, uma vaca premiada), a ciência do réu quanto ao deferimento da prova pelo juiz se dará por

- (A) citação.
- (B) notificação.
- (C) intimação.
- (D) precatória.
- (E) rogatória.

QUESTÃO 62

De acordo com o caso Desdêmona (ação de conhecimento de Otelo em desfavor de Iago, questionando promessa de compra e venda de Desdêmona, uma vaca premiada), a resposta apresentada por Iago, na qual apresenta suas defesas processuais e de mérito, deve ser

- (A) contestação.
- (B) reconvenção.
- (C) exceção.
- (D) réplica.
- (E) impugnação.

QUESTÃO 63

Com base no caso Desdêmona (ação de conhecimento de Otelo em desfavor de Iago, questionando promessa de compra e venda de Desdêmona, uma vaca premiada), a resposta apresentada por Iago, que é assistido por Defensor Público, tem o prazo de

- (A) 10 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 60 dias.

QUESTÃO 64

Durante período forense regular, Defensor Público Substituto, designado no mês de fevereiro para o Núcleo de Defesa do Consumidor (NUDECON), recebe Aristarco Pederneiras, morador do Méier, Rio de Janeiro/RJ, que, inconformado com o calor do verão carioca e as altas cifras pagas com a conta de luz em sua residência, solicita a representação para ingressar com uma ação contra São Pedro, pois, como responsável pelo tempo, deveria permitir uma temporada de chuvas na cidade e ressarcir o gasto elevado que teve. Afirma, em reforço, que contribui semanalmente com a Igreja da sua paróquia, justamente para ter suas preces atendidas. Diante do caso exposto o membro da Defensoria Pública deverá, baseado na legislação nacional,

- (A) dar-se por impedido, por ser possível destinatário do resultado final da demanda, encaminhando o caso para o Defensor Público Geral, com as razões de seu proceder.
- (B) utilizar a prerrogativa de não ajuizamento de demanda, pois incabível, encaminhando o atendimento e o caso para o Defensor Público Geral, com as razões de seu proceder.
- (C) dar-se por suspeito, por ser a demanda inoportuna, encaminhando o caso para o Defensor Público Tabelar, com as razões de seu proceder.
- (D) utilizar a prerrogativa de não ajuizamento de demanda, pois manifestamente incabível, comunicando o fato ao Defensor Público Geral, com as razões de seu proceder.
- (E) dar-se por impedido, por ser a demanda manifestamente incabível, orientando o assistido quanto à impossibilidade do pleito.

QUESTÃO 65

Quanto a sua atuação no processo (civil ou penal), é correto afirmar que a Defensoria Pública

- (A) não é regida pelos princípios da unidade e indivisibilidade, mas seus membros estão autorizados a substituir uns aos outros no exercício em determinado processo, sendo desnecessária prévia concordância do assistido.
- (B) é regida pelos princípios da unidade e indivisibilidade, mas seus membros não estão autorizados a substituir uns aos outros no exercício em determinado processo, sendo irrelevante prévia concordância do assistido.
- (C) não é regida pelos princípios da unidade e indivisibilidade, mas seus membros estão autorizados a substituir uns aos outros no exercício em determinado processo, sendo necessária prévia concordância do assistido.
- (D) é regida pelos princípios da unidade e indivisibilidade e seus membros estão autorizados a substituir uns aos outros no exercício em determinado processo, sendo desnecessária prévia concordância do assistido.
- (E) é regida pelos princípios da unidade e indivisibilidade e seus membros estão autorizados a substituir uns aos outros no exercício em determinado processo, sendo necessária prévia concordância do assistido.

QUESTÃO 66

Quanto ao âmbito de atuação da Defensoria Pública, a Constituição da República estabelece nos Arts. 5º, LXXIV, e 134, *caput*, a missão de orientação jurídica e a defesa dos necessitados, em todos os graus, dos necessitados, dizendo que incumbe ao Estado a prestação da assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. No que toca à conceituação de “assistência jurídica integral” e “assistência judiciária”, é correto afirmar que

- (A) assistência judiciária é expressão mais ampla do que a assistência jurídica integral, vez que esta se refere apenas aos meios necessários à defesa dos direitos do assistido em juízo, ao passo que aquela inclui o aconselhamento jurídico extrajudicial, independentemente da existência ou da possibilidade de uma demanda em juízo.
- (B) a expressão assistência jurídica integral consiste no auxílio, na ajuda ou no amparo prestado estritamente no campo judicial, envolvendo fundamentalmente os recursos e instrumentos indispensáveis à defesa dos direitos do necessitado em juízo, como o esclarecimento de dúvidas, a orientação preventiva e a elaboração de contratos.
- (C) a expressão assistência jurídica integral tem conotação bem mais ampla, abrangendo toda e qualquer atividade assistência concernente ou relacionada ao universo do Direito, consistente no auxílio, na ajuda ou no amparo prestado no campo jurídico, dentro ou fora de uma relação jurídico-processual.
- (D) assistência judiciária é expressão mais ampla do que assistência jurídica integral, uma vez que esta se refere aos meios necessários à defesa dos direitos do assistido em juízo, como o esclarecimento de dúvidas, a orientação preventiva e a elaboração de contratos.
- (E) a expressão assistência jurídica integral tem conotação mais restrita do que assistência judiciária, abrangendo qualquer atividade que se refere aos meios necessários à defesa dos direitos do assistido em juízo, como a composição extrajudicial de conflitos e a atuação em processos administrativos.

QUESTÃO 67

Causas de modificação da competência são aquelas que incidem na derrogação dos critérios relativos de fixação da competência, ou seja, os critérios instituídos em prol do interesse de particulares. Uma causa de modificação da competência em consonância com o seu conceito é

- (A) conexão, quando em duas ou mais ações há identidade de partes e de causa de pedir, mas pedidos diferentes, sendo que, em relação a estes, o pedido de uma demanda abrange a outra por ser mais amplo.
- (B) continência, quando houver um vínculo ou um nexo identificado através do mesmo objeto (pedido) e/ou causa de pedir (contexto dos fatos).
- (C) inércia, quando, proposta ação perante juízo relativamente incompetente e não sendo caso de foro especial, o prazo legal deflui sem que o réu oponha exceção de incompetência.
- (D) vontade das partes, quando a questão for relacionada ao território, ao valor da causa e à matéria, podem as partes, por vontade própria, eleger o foro no qual será proposta a ação, sem que tal medida implique a exclusão da regra geral do foro do domicílio.
- (E) *ex officio*, quando a questão for relacionada ao território ou ao valor da causa, o juiz, sem provocação, declina de sua competência em favor do juízo correspondente ao foro do domicílio.

QUESTÃO 68

O princípio da imediação (ou imediatidade) consiste na contemporânea e contínua interação comunicacional entre juiz, partes e provas, a fim de que o julgador possa conhecer pessoal e diretamente as alegações das partes e o acervo probatório do processo, desde sua iniciação, prolatando, no mais breve lapso temporal, sua decisão. A alternativa na qual NÃO ocorre a incidência do referido princípio é

- (A) prova testemunhal.
- (B) prova documental.
- (C) interrogatório.
- (D) depoimento pessoal do autor ou do réu.
- (E) inspeção judicial.

QUESTÃO 69

São prerrogativas do Defensor Público, no campo processual,

- (A) intimação pessoal, prazo em quádruplo, vista pessoal dos processos judiciais ou dos procedimentos administrativos, comunicação pessoal e reservada com o assistido e livre trânsito em estabelecimentos prisionais, manifestação por meio de petição, representação processual dependente de mandato, tratamento isonômico.
- (B) intimação por imprensa oficial, prazo em dobro, vista pessoal dos processos judiciais ou dos procedimentos administrativos, comunicação pessoal e reservada com o assistido e livre trânsito em estabelecimentos prisionais, manifestação por meio de cota, representação processual independentemente de mandato, tratamento isonômico.
- (C) intimação pessoal, prazo em dobro, vista pessoal dos processos judiciais ou dos procedimentos administrativos, comunicação pessoal e reservada com o assistido e livre trânsito em estabelecimentos prisionais, manifestação por meio de cota, representação processual independentemente de mandato e tratamento isonômico.
- (D) intimação por imprensa oficial, prazo em quádruplo, vista pessoal dos processos judiciais ou dos procedimentos administrativos, comunicação pessoal e reservada com o assistido e livre trânsito em estabelecimentos prisionais, manifestação por meio de cota, representação processual dependente de mandato e tratamento isonômico.
- (E) intimação pessoal, prazo em dobro, vista pessoal dos processos judiciais ou dos procedimentos administrativos, comunicação pessoal e reservada com o assistido e livre trânsito em estabelecimentos prisionais, manifestação por meio de petição, ajuizamento de demanda quando ela for inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, representação processual independentemente de mandato e tratamento isonômico.

QUESTÃO 70

Quanto à prolação da sentença e à verificação de fato e de direito superveniente, é correto afirmar que

- (A) deve o juiz levar em conta o direito e o fato supervenientes para a prolação da sentença, desde que esse novo fato ou direito possa influir na resolução da lide, sendo que o conhecimento dessa matéria se dará independentemente de requerimento das partes, cumprindo ao juiz, de ofício, conhecê-la.
- (B) não deve o juiz levar em conta o direito e o fato supervenientes para a prolação da sentença, sendo que o conhecimento dessa matéria se dará independentemente de requerimento das partes, cumprindo ao juiz, de ofício, conhecê-la.
- (C) deve o juiz levar em conta o direito e o fato supervenientes para a prolação da sentença, desde que esse novo fato ou direito possa influir na resolução da lide, sendo que o conhecimento dessa matéria se dará mediante requerimento das partes, vedado ao juiz seu conhecimento de ofício.
- (D) não deve o juiz levar em conta o direito e o fato supervenientes para a prolação da sentença, sendo que o conhecimento dessa matéria se dará mediante requerimento das partes, vedado ao juiz seu conhecimento de ofício.
- (E) deve o juiz levar em conta o direito e o fato supervenientes para a prolação da sentença, independentemente desse novo fato ou direito influir na resolução da lide, sendo que o conhecimento dessa matéria se dará mediante requerimento das partes, vedado ao juiz seu conhecimento de ofício.

Realização

